



AO

**LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL
ARRAES – LAFEPE**

Largo de Dois Irmãos, nº 1117, bairro de Dois Irmãos,
Recife/PE – CEP: 52.171-010

Att. Dr. Plínio Pimentel

Ref.: Contrato LAFEPE nº 010/2021

Assunto: Resposta ao Ofício nº 60/2022 - DPRES e reanálise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro – SEI nº 0060407848.000112/2020-46

Prezado Senhor,

Como é sabido, após negociações, a **CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO ARCLIMA S/A** (CNPJ sob o nº 30.679.267/0001-18) e o **LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES – LAFEPE** formalizaram aos 13/05/2022, o terceiro termo aditivo ao Contrato nº 010/2021, pelo qual ficou acertada a retomada da obra, mediante a prorrogação do prazo de execução e vigência, respectivamente, por mais 150 (cento e cinquenta) e 180 (cento e oitenta) dias, com a ressalva expressa de que está excepcionada da ratificação os pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro e de reajustamento cabíveis.

É que na transação acordada entre as Partes, restou reconhecido o **desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato**, advindo do impacto da pandemia no setor de construção civil, com conseguinte elevação de preços dos insumos contratuais, experimentada e noticiada pela CIA já no primeiro mês de execução contratual através da Carta de Id. 12481640, protocolada aos 19/03/2021. Ou seja, as Partes chegaram ao consenso de que a CIA não deu causa ao atraso no cronograma contratual de execução, sendo de direito a prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato, razão pela qual o LAFEPE se dispôs a reanalisar o pleito de desequilíbrio econômico-financeiro, de modo a permitir, desta feita, a expedição de decisão conclusiva a respeito da apuração da exata medida da necessária revisão de preços do Contrato.

É que anteriormente o LAFEPE havia opinado pelo indeferimento do pleito unicamente em razão de divergência nos períodos e parâmetros de apuração do *quantum* devido à CIA, sobretudo ante a indisponibilidade de mão-de-obra tecnicamente suficiente para estipulação do dito valor. Face a este fato, tendo em mente ser de direito a fixação do montante, o LAFEPE encontra-se autorizado a, no exercício do poder de autotutela, reabrir o processo administrativo manejado pela CIA, com vistas a sua reanálise, consoante permissivo expresso da legislação de regência:

Lei Estadual nº 11.781/2000

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivado de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Súmula 346 - STF. A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO-ARCLIMA S/A
AV FERNANDO SIMÕES BARBOSA, 558 – SALA 202,
EDF. EMPRESARIAL ALDJA VASCONCELOS – BOA VIAGEM, RECIFE/PE
CEP: 51.021-060 - CNPJ 30.679.267/0001-18

Súmula 473 - STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, e todos os casos, a apreciação judicial.

Ora, averiguando-se brevemente o histórico do processo administrativo SEI n.º 0060407848.000112/2020-46, fica evidente o direito de a CIA ter assegurada a revisão de preços do Contrato, por força do incontroverso desequilíbrio econômico-financeiro, o qual restou reconhecido pelo LAFEPE em inúmeras oportunidades no decorrer do processo administrativo, havendo apenas empecilhos relativos à apuração do período e *quantum* correspondente, senão veja-se:

- a) a matriz de risco que compõe o Termo de Referência da Licitação (Anexo A2), de Id. 9239437, e por consequência o Contrato, assegurou a todos os licitantes, inclusive a CIA, que o LAFEPE assumia o risco e reflexos decorrentes da “*elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra*”;
- b) na Carta de Id. 12481640, protocolada aos 19/03/2021, a CIA noticiou ao LAFEPE a ocorrência da referida elevação dos custos dos insumos do Contrato, a qual apesar se previsível a época da licitação, era tecnicamente impossível calcular de modo antecipado a fim de quantificar-se na proposta;
- c) na Carta de Id. 15735184, protocolada aos 26/07/2021, a CIA instrui o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, demonstrando tecnicamente a necessidade de acrescer R\$ 1.233.865,66 (um milhão duzentos e trinta e três mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) ao preço global do Contrato, a fim de fazer frente a elevação de preços dos insumos, permitindo a adequada conclusão do escopo contratual;
- d) no Parecer Técnico de Id. 15824531, a equipe de gestão e fiscalização do Contrato do LAFEPE conclui que:
 - i. “*a CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO ARCLIMA S/A não mergulhou o preço com a intenção de obter posterior reequilíbrio, e confirmamos que: a) a diferença de preços das propostas da CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO ARCLIMA S/A, e das demais colocadas, e também do orçamento básico do LAFEPE é mínimo [...]; b) os preços da CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO ARCLIMA S/A atenderam aos critérios de aceitabilidade previstos no edital, e foram considerados exequíveis nos termos da Lei nº 13.303/2016*”;
 - ii. “*há desequilíbrio econômico-financeiro com alto grau de fundamentação e alta gravidade econômico-financeira*” e “*se faz necessário o acréscimo R\$ 1.201.613,66 ao preço global do contrato*”;
- e) no Parecer Jurídico de Id. 16081820 consigna-se que “*entende-se pela possibilidade, em tese, de acatamento do pedido de reequilíbrio apresentado pela empresa CIA de Engenharia e Manutenção ARCLIMA S/A*”;
- f) nas correspondências de Id. 16728891 e Id. 18004351, protocoladas respectivamente aos 03/09/2021 e 20/10/2021, a CIA solicita posicionamento do LAFEPE a respeito do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, haja vista os prejuízos que a construtora vinha experimentando há mais de 7 (sete) meses, e na oportunidade é expressamente ressalvado ao Laboratório os riscos de impacto ao cronograma contratual de execução;
- g) preocupada com a continuidade da obra, a CIA foi levada a interpor o Mandado de Segurança de n.º 0113495-53.2021.8.17.2001, e na correspondência de Id. 18819438, protocolada aos

17/11/2021 junto ao LAFEPE, a CIA noticia a concessão de liminar nos autos para que o Laboratório emitisse decisão a respeito do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro em no máximo 30 (trinta) dias;

- h) no **Despacho de Id. 19218527, datado de 01/12/2021, o Diretor de Engenharia decidiu indeferir o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, unicamente por divergência em relação a forma de apuração do montante devido**, afirmando que *“o pedido de reequilíbrio tem por fundamento alegado aumentos de custos anteriores ao da assinatura do contrato, sem qualquer ressalva por parte da contratada”*;
- i) no Recurso Administrativo de Id. 19535190, ao qual convidamos a leitura, a CIA explicita as razões pelas quais a decisão pelo indeferimento do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro deveria ser revista;
- j) no **Despacho de Id. 20358984, datado de 12/01/2022, o Diretor de Engenharia do LAFEPE concluiu pela manutenção do indeferimento do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro diante da impossibilidade técnica de analisar as cotações disponibilizadas pela CIA**: *“[...] Considerando que para atender as cotações dos 173 itens é necessário a terceirização deste serviço por dispensa emergencial uma vez que não temos recursos de natureza técnico, comercial e humano para fazê-lo em prazo hábil; [...] não vejo outra definição a não ser recomendar: o indeferimento do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, a rescisão contratual e abertura de nova licitação para a restante obra em questão”*;
- k) na Decisão de Id. 20777660, datada de 26/01/2022, o Diretor Presidente do LAFEPE decide pelo *“improvemento do recurso administrativo”*, acolhendo a totalidade dos fundamentos do Despacho de Id. 20358984 do Diretor de Engenharia do LAFEPE;
- l) a CIA então, tenta reverter a Decisão do Laboratório pela rescisão unilateral do Contrato e pela deflagração de nova licitação, apresentando novo Recurso Administrativo de Id. 21694295, protocolado aos 23/02/2022, ao qual convidamos a leitura, no qual consigna contestação a respeito da rescisão unilateral, eis que incabível sob a ótica da Lei n.º 13.303/2016, e bem assim esclarece que a opção pela nova licitação ocasionaria prejuízos ao LAFEPE, eis que as novas cotações de mercado apresentadas pela CIA demonstravam que em novo procedimento licitatório essa Estatal se sujeitaria a preços bem superiores aos consignados no pleito de reequilíbrio econômico-financeiro manejado pela CIA, ocasionando dispêndio a maior de aproximadamente R\$ 645.018,39;
- m) no **Despacho de Id. 21888082, datado de 02/03/2022, o Diretor de Engenharia do LAFEPE entende que a CIA não teria apresentado nenhum fundamento novo, e ratifica a anterior Decisão de 12/01/2022 pela rescisão unilateral do Contrato, face a impossibilidade técnica de apuração as cotações apresentadas pela CIA como instrução do pleito de desequilíbrio econômico-financeiro**;
- n) na Decisão de Id. 22067467, datada de 07/03/2022, o Diretor Presidente do LAFEPE decide pela impossibilidade de conhecimento do novo recurso manejado pela CIA, sob o fundamento de que não seria cabível instância revisora seguinte;
- o) a CIA em nova tentativa de reverter as Decisões, apresenta a correspondência de Id. 22672038, protocolada aos 23/03/2022, na qual fundamenta de modo pormenorizado que a legislação estadual asseguraria a interposição de novo recurso, tudo com a finalidade única de obter a apuração do quanto devido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, permitindo, por consequência a regular conclusão da obra, obstada pela Decisão de rescisão unilateral por parte do Laboratório.



Logo, é de se requer, de logo, que o LAFEPE promova a reanálise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro manejado pela CIA, cujo processo administrativo foi tombado sob o SEI n.º 0060407848.000112/2020-46, de modo a prevenir, inclusive, impactos ao cronograma de execução contratual que instruiu o terceiro termo aditivo ao Contrato n.º 010/2021.

Para tanto, a CIA apresenta em apenso as planilhas que instruem o dito pleito devidamente atualizadas (Reequilíbrio-06-2022 – ANEXO 1), distribuída em abas com títulos e consignando os valores contemporâneos de mercado dos insumos contratuais, bem como os quantitativos e itens objeto do segundo termo aditivo ao Contrato, que ainda serão objeto de medição. As ditas planilhas demonstram a necessidade de revisão de preço global do Contrato, para fins de acréscimo da importância total de **R\$1.642.994,70** (um milhão, seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, setenta centavos). Dito de outro modo, estas novas planilhas retratam a diferença de preços incidente sobre o **saldo de serviços e fornecimentos a executar**.

No mais, a CIA ressalta que em relação **os serviços e fornecimento já medidos**, é de se considerar as planilhas e demonstrativos já constantes dos autos do processo administrativo, as quais demonstram ser necessário acrescer ao preço global a parcela de R\$861.329,92 (oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e nove reais, noventa e dois centavos), a qual deve, em ato contínuo, ser quitada a Contratada.

Assim, diante de todo o exposto e dando sequência as tratativas negociais, vimos pela presente requerer que o LAFEPE promova, de modo a não comprometer o novo cronograma contratual de execução, **a reabertura e reanálise do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro Contrato n.º 010/2021** manejado pela CIA através das correspondências de Id. 12481640 e Id. 15735184 e complementado pelas razões constantes das manifestações/recursos de Id. 19535190, Id. 21694295 e Id. 22672038, todas constantes do processo administrativo foi tombado sob o SEI n.º 0060407848.000112/2020-46, **bem como, rever as decisões anteriormente emitidas, para fins de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato n.º 002/2021, mediante formalização de termo aditivo que assegure o acréscimo de R\$1.642.994,70** (um milhão, seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, setenta centavos) ao valor global do Contrato, dos quais:

- a)* R\$861.329,92 (oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e nove reais, noventa e dois centavos), se referem ao montante a pagar relativo à diferença dos serviços e fornecimentos executados pela CIA e medidos desde o protocolo da Carta de Id. 12481640, como seja consignado nos BMs 03 a 12, segundo planilhas e demonstrativos de reequilíbrio já constantes dos autos do processo administrativo; e
- b)* R\$ 781.664,42 (setecentos e oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais, quarenta e dois centavos), se referem a diferença incidente sobre o saldo de serviços e fornecimentos a executar, os quais devem ser medidos considerando os preços unitários reequilibrados, objeto da nova planilha orçamentária ora apresentada (Reequilíbrio-06-2022 – ANEXO 1).

Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente,

Eng. Péricles de Assis Pessôa Filho
CIA DE ENGENHARIA SA
Fone 81- 991110066

CIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO-ARCLIMA S/A
AV FERNANDO SIMÕES BARBOSA, 558 – SALA 202,
EDF. EMPRESARIAL ALDJA VASCONCELOS – BOA VIAGEM, RECIFE/PE
CEP: 51.021-060 - CNPJ 30.679.267/0001-18